

Entrevista

O que esperar dessa crise para o setor produtivo brasileiro?

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, autarquia ligada à Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia está realizando um painel com informações socioeconômicas, dos principais impactos do Covid para o país e o estado da Bahia em particular. Esse estudo que contempla projeções de dados estatísticos, entrevistas com especialistas e com entidades do setor produtivo e análises em geral está sendo publicado numa plataforma denominada de SEICOLAB, que conta com a valiosa colaboração de renomados pesquisadores do estado da Bahia e também do Brasil. As informações sobre o que já foi publicado na plataforma até esse momento podem ser visualizadas no seguinte endereço: <http://estudoscolaborativos.sei.ba.gov.br/covid19>



Marcelo Santos
Presidente do Corecon/Ba

•Após termos superado a crise de 2008 com um receituário econômico heterodoxo, com a expansão da presença do estado na economia, como saímos dela agora como uma política econômica de estado mínimo?

Em nenhuma crise econômica já observada, a saída se deu via Estado mínimo, muito pelo contrário. Essa não deverá ser diferente, como se pode constatar pelas medidas de política-econômica adotadas aqui, na Europa, Ásia e EUA. Em momentos como esse, todos, de repente, se tornam keynesianos.

•Como o governo conseguirá adotar políticas coerentes para evitar que a recessão se transforme numa depressão?

Mesmo que as políticas já adotadas, e as que estão por vir, sejam coerentes é difícil saber se elas evitarão uma depressão, pois não é possível antever nesse momento quanto tempo irá durar a pandemia e o isolamento social nos diferentes estados e municípios.

•O que esperar desta crise para o setor produtivo brasileiro (industrial, comercial, financeiro) no Brasil? Qual a expectativa da retomada dos negócios?

Todos os setores estão sendo atingidos, embora com intensidades diferentes. Nesse momento, o comercial é o que mais sofre em razão da brutal queda das vendas devido ao isolamento social. Em consequência, numa

espécie de efeito multiplicador negativo, a indústria e agricultura também sofrem. O menos penalizado parece ser o setor financeiro, que pode, inclusive, em razão do caixa disponível, sair às compras. Contudo, vale destacar que toda crise abre oportunidades para ganhos, mesmo no setor comercial. Empresas que já operavam *online* estão se dando bem e tendem a se fortalecer na saída da crise. Quanto à expectativa de retomada dos negócios, cremos que ela será lenta, em razão da severidade dessa crise. Não acreditamos numa recuperação em V, será algo mais próximo de U.

•Na sua opinião, quais setores tendem a ser mais beneficiados por uma suposta intervenção mais direta do Estado?

Difícil responder nesse momento, no qual muitas medidas não saíram do papel ou não foram ainda operacionalizadas. Todos os setores têm reivindicado apoio governamental. O menor ímpeto reivindicatório é do setor financeiro por ser, como dito acima, o menos atingido. Possivelmente, o financeiro, por ser o menos atingido até então. O ideal é pensarmos em termos de porte empresarial. As micro, pequenas e médias empresas de vários setores precisam e tendem a ser beneficiadas.

Entrevista * Marcelo Santos * Presidente Corecon/Ba

•As medidas adotadas pelo governo brasileiro para garantir emprego e renda do trabalho formal e informal vão conseguir minimizar o impacto na economia?

A situação do emprego e renda no país é preocupante porque já tínhamos, antes do COVID, um quadro de baixo crescimento da economia e o aumento no número de desempregados devido a política de austeridade adotada pelo governo federal. As recentes medidas de transferência de renda e de manutenção do emprego garantem o mínimo possível para a sobrevivência de alguns grupos sociais, mas o desaquecimento da economia, nessa magnitude, afeta a amplos espectros da sociedade. Além de programas que assegurem o acesso à renda e isenções fiscais, será preciso, em breve, uma atuação do Estado que estimule os elos da demanda agregada, principalmente, no que tange a ampliação do gasto público a fim de reverter o ciclo recessivo da economia.

•Qual será o tamanho do impacto na empregabilidade da economia brasileira durante a pandemia?

Difícil estabelecer: com a necessidade de ampliação do isolamento físico para atenuar o colapso da saúde pública, a demanda agregada se retraiu fortemente em todos os setores da economia, agricultura, indústria, comércio e serviços, ainda que seja possível realizar a reconversão industrial para dinamização de algumas áreas ligadas à saúde. As micro, pequenas e médias empresas, que são fortes empregadores de mão de obra, estão sendo bastante impactadas neste momento. Parece que o setor público é, até o momento, a área com maior possibilidade de assegurar a manutenção dos seus postos de trabalho e gerar novos postos no setor privado, a partir das demandas públicas por bens e serviços.

•Há como medir os impactos da pandemia, com a paralisação de atividades nos pequenos, médios e grandes empresários? Quais as saídas para as pequenas, médias de empresas e MEIs dos setores considerados não essenciais?

Este segmento precisa de forte apoio governamental nos âmbitos federal, estadual e municipal. Esse apoio deve incluir até mesmo o uso de medidas heterodoxas por parte do Banco Central, a exemplo, de linhas especiais de crédito para que possam garantir o pagamento da folha salarial, com a contrapartida de não demissão por um dado período de tempo, e o financiamento direto para atenuar a forte queda no fluxo de caixa, tendo recebíveis como garantia.

•O governo federal anunciou a criação de uma linha de crédito para o pagamento de salários de funcionários de pequenas e médias empresas por até dois meses. Em contrapartida, o empresário teria que se comprometer a não demitir os trabalhadores em decorrência da crise causada pela pandemia do coronavírus. O senhor considera a medida suficiente para evitar uma derrocada dos setores produtivos e da empregabilidade?

Importante, mas não suficiente. Além da mencionada na questão acima, várias outras foram sugeridas em carta aberta do Corecon-BA, tais como:

- Restrição de demissões sem justa causa durante um determinado período de tempo, aportando recursos públicos para ajudar as empresas a arcarem com os custos salariais (Âmbitos federal, estadual e municipal);

- Desonerações tributárias para as empresas de todos os portes (Âmbitos federal, estadual e municipal).

- Reforço às condições dos agentes locais de fomento com vistas à ampliação da oferta de crédito (Âmbito estadual).

- Reorientação de orçamentos e gastos públicos de projetos e obras de infraestrutura (com exceção da área de saúde) para auxílios diretos e indiretos à população, revisitando inclusive o limite legal, como o Plano Plurianual e outros (Âmbito estadual).

- Concessão de vantagens para empresas locais venderem para o poder público materiais e serviços e ampliação dessa política de compra para micro, pequenos e médios produtores (Âmbitos estadual e municipal).

Entrevista * Marcelo Santos * Presidente Corecon/Ba

O Coronavírus vai condenar toda a década de 2020? Estamos novamente diante da possibilidade de uma nova década perdida?

Neste momento não é possível afirmar nem negar tal proposição, pois dependerá do que ainda está por vir, do que ainda é desconhecido por nós em termos de quanto tempo a pandemia durará e impactará as economias já em forte recessão. O cenário é extremamente incerto e desafiador, o qual impossibilita fazer uma projeção segura em longo prazo.

Dependerá ainda de fortes medidas governamentais que estimulem e até garantam produção, emprego e renda que possam minimizar a crise. Outro fator não menos importante é a capacidade de gestão técnica e administrativa que as Nações terão para se dinamizarem economicamente.

Como o senhor enxerga o futuro da economia brasileira pós pandemia?

Se há um consenso, é de que o cenário futuro será preocupante, com forte contração no PIB e

na renda per capita, aumento do desemprego, falência de micro, pequenas e médias empresas, aumento da desigualdade social e da concentração econômica em todos os setores.

A economia não pode continuar funcionando seguindo apenas as regras do mercado, existem outros fatores que interferem no funcionamento da economia e a presença do Estado é de fundamental importância, não somente nas crises. Nada é mais fantasioso que imaginar que as decisões de produzir, distribuir e consumir são exclusivas da livre iniciativa e que o Estado não deve intervir. Temos que reconstruir um novo Pacto Federativo para o Brasil e sermos protagonistas também nas discussões e avanços na reconstrução do mundo e das novas regras econômicas mundiais, novos posicionamentos da ONU, Banco Mundial e principais players e policymakers, no pós-crise não deve haver espaço para timidez, ou jogo não cooperativo.